

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

**BIBLIOTECÁRIO / DOCUMENTALISTA**

2014

**1)** As profissões ligadas à informação, ao longo de sua evolução, receberam novas denominações. Segundo Guinchat e Menou, as denominações originais foram mantidas pelas profissões mais tradicionais, identificando os profissionais com formação nas áreas de

- a) Biblioteconomia, Comunicação e Estatística.
- b) Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.
- c) Comunicação, Estatística e Museologia.
- d) Estatística, Ciência da Informação e Ciência da Computação.
- e) Ciência da Informação, Ciência da Computação e Arquivologia.

**2)** A UNESCO, no documento “O ensino superior no século XXI: visão e ações” (1998), destaca a exigência da qualidade de políticas que busquem a qualidade, que não deve ficar restrita à estrutura da instituição. Nesse contexto, são componentes fundamentais de um sistema de ensino superior coerente, o pessoal envolvido na prestação do serviço, os alunos, os programas e, principalmente, a sua

- a) reformulação.
- b) avaliação.
- c) coordenação.
- d) atualização.
- e) gestão.

**3)** As bibliotecas universitárias são organizações complexas, com múltiplas funções e uma série de procedimentos, produtos e serviços que foram desenvolvidos ao longo de décadas. O propósito fundamental, que permaneceu o mesmo, é

- a) prestar serviços locais.
- b) permitir o aumento do acervo.
- c) oferecer produtos adequados.
- d) proporcionar acesso ao conhecimento.
- e) aplicar os avanços tecnológicos.

**4)** Segundo Buckland, a informação pode ser abordada sob três aspectos: informação-como-coisa, informação-como-conhecimentos e

- a) informação-como-dado.
- b) informação-como-ação.
- c) informação-como-processo.
- d) informação-como-operação.
- e) informação-como-resultado.

**5)** Segundo a história e a evolução das teorias relativas à formação e ao desenvolvimento de coleções, a lei do crescimento exponencial da ciência, formulada por Solla Price, fundamenta-se na(o)

- a) impossibilidade de acompanhar o crescimento dos recursos informacionais.
- b) inviabilidade de tratamento adequado do material informacional.
- c) emergência de um possível caos documental.
- d) alheamento dos profissionais de informação em relação às políticas de FDC.
- e) dificuldade de evitar redundâncias nos processos de seleção de acervos.

**6)** Na discussão sobre os valores éticos predominantes na área de organização da informação, observa-se o impacto sobre processos, produtos e instrumentos. A premissa de que indivíduos de culturas diferentes precisam de tipos diferentes de informações e de meios para obtê-las, notadamente, no contexto de globalização e de sistemas globais de informação, leva o bibliotecário a considerar os princípios de

- a) hospitalidade cultural e de garantia geográfica.
- b) garantia econômica e de flexibilidade cultural.
- c) garantia e de hospitalidade culturais.
- d) garantia e de flexibilidade econômicas.
- e) flexibilidade geográfica e hospitalidade econômica.

**7)** No âmbito da estatística aplicada às bibliotecas, dentre as medidas de tendência central, aquela cujo valor divide a coleção estudada em duas partes com o mesmo número de valores observados é a

- a) média aritmética.
- b) média geométrica.
- c) média harmônica.
- d) moda.
- e) mediana.

**8)** De acordo com o Art.2º do Código de Ética, os deveres do profissional de Biblioteconomia compreendem, além do exercício de suas atividades, dignificar a profissão; observar os ditames da ciência e da técnica; respeitar leis e normas estabelecidas e as atividades de seus colegas e de outros profissionais; e

- a) evitar comentários desabonadores sobre a atuação profissional.
- b) ser leal e solidário, sem conivência com erros que venham a infringir a ética e as disposições legais que regem o exercício da profissão.
- c) evitar críticas e/ou denúncias contra outro profissional, sem dispor de elementos comprobatórios.
- d) respeitar as ideias de seus colegas, os trabalhos e as soluções, jamais, usando-os como de sua própria autoria.
- e) contribuir, como cidadão e como profissional, para o incessante desenvolvimento da sociedade e dos princípios legais que regem o país.

**9)** Segundo a NBR 6022, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece um sistema para a apresentação dos elementos que constituem o artigo em publicação periódica científica impressa, ao “conjunto de elementos destinados à identificação de um fascículo e/ou volume da publicação e dos artigos nela contidos”, denomina-se

- a) nota explicativa.
- b) palavra-chave.
- c) legenda bibliográfica.
- d) elementos pós-textuais.
- e) título corrente.

**10)** A ISO, entidade ligada à UNESCO, tem a competência de fixar padrões para a normalização no âmbito da Documentação, bibliotecas, sistemas de informação e redes de intercâmbio, através do Comitê Técnico identificado como TC/

- a) TC/27.
- b) TC/46.
- c) TC/48.
- d) TC/54.
- e) TC/85.

**11)** A referência, que apresenta, apenas, os elementos essenciais para trabalhos apresentados em eventos, de acordo com a NBR 6023 da ABNT, é

- a) FERREIRA, D. **Tensiones y relaciones entre metadatos y marcos normativos catalográficos**. IN: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 2007 : Buenos Aires. III Encuentro Intercional de Catalogadores: tendencias actuales en la organización de la información. Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 2008. 608 p. ( p. 291-319).
- b) LASAGNE, Pablo. Um abordaje a la historia del libro. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES, 4., Y DE DOCENTES, 3., DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR; Montevideo, 2000. **Programa, ponencias, documentos de trabajo, acuerdos y recomendaciones**. Montevideo, Universidad de la República: Escuela Universitaria de Bibliotecología y Ciencias Afines "Ilg. Federico E. Capurro", 2000. p. 180-189 (422p.)
- c) HÜBNER, Edwin. **Catálogo coletivo Bibliodata: um produto brasileiro para as bibliotecas brasileiras**. In: INTEGRAR – CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., São Paulo : 2002. **Textos**. São Paulo, Imprensa Oficial : 2002. p. 215-223.
- d) MAYRINK, Paulo Tarcisio; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Recomendações para um modelo de seleção e aquisição de materiais bibliográficos em bibliotecas universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., 1992, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: SIBI/UFRJ, 1992. v. 2, p. 402-416..
- e) LIMA, J. A.. Bibliotecas universitárias e movimentos populares : uma proposta de articulação. In: CONGRESSO Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 16º, Salvador. **Anais**. Salvador : APBEB, 1991. 2 v., v. 1, p. 653-551.

**12)** A NBR 10520, da ABNT, que especifica as características exigíveis para a apresentação de citações em documentos, estabelece que nas citações indicadas no texto, de diversos documentos de um mesmo autor, publicados no mesmo ano, serão distinguidas pelo acréscimo

- a) de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data, conforme a lista de referências.
- b) das iniciais de seus prenomes, seguidas das datas de publicação correspondentes.
- c) dos prenomes, por extenso, em cada citação, seguidos da data de publicação.
- d) do título, abreviado, após o sobrenome do autor, em cada citação, antecedendo a data.
- e) do prenome por extenso, para a primeira ocorrência, e abreviado para as demais, antes da data.

**13)** A NBR 6027, da ABNT, que estabelece os requisitos para apresentação de sumário de documentos , não se aplica, no que couber, a

- a) documentos eletrônicos.
- b) publicações periódicas.
- c) publicações seriadas.
- d) documentos em mais de um idioma.
- e) obras sem indicativos das seções.

**14)** De acordo com a NBR 14724, da ABNT, a sequência de elementos pré-textuais obrigatórios, na parte interna da estrutura de um trabalho acadêmico, é

- a) Folha de rosto, folha de aprovação, resumo na língua vernácula, resumo em língua estrangeira e sumário.
- b) Capa, folha de rosto, errata (avulsa), folha de aprovação e resumo na língua vernácula.
- c) Capa, lombada, folha de rosto, resumo na língua vernácula e lista de abreviaturas e siglas.
- d) Capa, folha de aprovação, folha de rosto, resumo em língua estrangeira e resumo na língua vernácula.
- e) Folha de aprovação (avulsa), folha de rosto, resumo na língua vernácula, lista de tabelas e de abreviaturas.

**15)** Quando a resposta à demanda, num serviço de referência virtual, ocorre em tempo real, diz-se que o serviço é

- a) assíncrono.
- b) digital.
- c) síncrono.
- d) online.
- e) interativo.

**16)** Considerando que a teoria das “Cinco Leis da Biblioteconomia” pode permear as atividades e interferir nas funções do bibliotecário de referência, na visão de Ranganathan, a Lei que evidencia a necessidade de que o bibliotecário se comporte como um pesquisador e pensador de seu fazer diário, implementando, oportunamente, novos métodos, técnicas e instrumentos que possibilitem o atendimento mais eficaz ao usuário é

- a) Os livros são para serem usados.
- b) Poupe o tempo do leitor.
- c) A cada leitor o seu livro.
- d) A cada livro o seu leitor.
- e) A biblioteca é um organismo em crescimento.

**17)** No serviço de Referência, a fonte geral de informação, que se caracteriza por arrolar somente pessoas vivas, com informações práticas sobre elas, é

- a) o indicador de pessoas.
- b) o repertório biográfico.
- c) a enciclopédia especial.
- d) a publicação seriada.
- e) o guia citadino.

**18)** Considere as características e os nomes das fontes de informação especializadas. Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- |                        |     |   |
|------------------------|-----|---|
| 1 - Relatório Técnico. | ( ) | Expõe, sistematicamente, determinado domínio do conhecimento em uma área.           |
| 2 - Tratado.           | ( ) | Apresenta resultados, progressos ou descobertas de uma investigação ou estudo.      |
| 3 - Patente.           | ( ) | Objetiva proteger as inovações técnicas obtidas pelos indivíduos ou pela indústria. |
|                        | ( ) | Exemplifica o tipo de fonte, sob o título <i>Research in Education</i> .            |
|                        | ( ) | Documenta a propriedade industrial e é identificado por um número oficial.          |

A sequência das características e dos títulos das fontes de informação especializadas é

- a) 1-3-1-3-2.
- b) 2-1-3-1-3.
- c) 3-2-1-3-2.
- d) 1-3-2-3-1.
- e) 2-3-3-2-1.

**19)** As coleções referenciais que reúnem e organizam informações na Internet que formam coleções de *links* para documentos eletrônicos, em que cada fonte de informação oferece atributos relativos ao conteúdo e que identificam de forma descritiva o documento, desenvolvidas por meio da parceria do IBICT, são denominadas

- a) Portais do Conhecimento
- b) Bibliotecas Virtuais Temáticas.
- c) Bibliotecas Digitais Científicas.
- d) Portais Corporativos.
- e) Web of Science.

**20)** Para a identificação, a localização e a obtenção do material desejado, o bibliotecário utiliza o COMUT (BR), a BLDSC (UK), o CNRS (FR), a NLM (EUA) e a BIREME (BR) que são

- a) catálogos coletivos.
- b) base de dados especializadas.
- c) rede de bibliotecas científicas.
- d) serviços de empréstimo entre bibliotecas.
- e) serviços de comutação bibliográfica.

**21)** Dentre os meios mais comumente utilizados pelos bibliotecários de referência para educação dos usuários, de modo a favorecer sua autonomia no uso de recursos e serviços, quando o acesso é pela *web*, destacam-se

- a) os guias web.
- b) os estudos de usabilidade.
- c) as pesquisas de *survey*.
- d) as leis bibliométricas.
- e) os tutoriais online.

**22)** Segundo Grogan, a etapa do serviço de referência em que a formação básica e os conhecimentos gerais do bibliotecário, associados à sua capacidade de interagir de modo interdisciplinar e de investir tempo e dedicação na busca para localização de informações sobre qualquer campo do conhecimento, além de usar ferramentas bibliográficas e até a experiência coletiva de seus colegas de equipe é designada como

- a) pesquisa bibliográfica.
- b) entrevista de referência.
- c) estratégia de busca.
- d) processo de busca.
- e) análise documentária.

**23)** A função de dinamização das coleções, que se consolida no controle da movimentação das coleções, dentro e fora da biblioteca é a

- a) referência.
- b) preservação.
- c) segurança.
- d) circulação.
- e) reprodução.

**24)** O conjunto de medidas e de estratégias de caráter administrativo, político e operacional, que objetivam manter a integridade dos materiais; e o conjunto de ações estabilizadoras que objetivam desacelerar o processo de degradação dos materiais, por meio de controles e tratamentos específicos são conceitos que correspondem, respectivamente, à

- a) conservação e à desinfestação.
- b) restauração e à preservação.
- c) desinfestação e à guarda.
- d) preservação e à conservação.
- e) guarda e à restauração.

**25)** Quanto à cooperação e as alianças estratégicas, a escolha entre funcionalidades modestas e complexas dos serviços de acesso à biblioteca digital depende da interoperabilidade dos sistemas, e, sobretudo, do tipo de

- a) serviço de interface para o usuário em relação ao funcionamento do portal de acesso aos recursos digitais.
- b) arquitetura da informação para o usuário navegar e pesquisar nas coleções digitais.
- c) regras de acesso, preservação, autenticação e eventual pagamento.
- d) acordo quanto às normas comuns de atuação que as diversas bibliotecas digitais se esforcem por alcançar.
- e) definição dos recursos e dos serviços das coleções que compõem a biblioteca digital.

**26)** Na Biblioteca universitária, diante da crescente expansão da literatura especializada mundial e da necessidade continuada de atualização de seus usuários, o serviço que direciona novos itens de informação, de qualquer que seja a fonte, para aqueles pontos onde a probabilidade de seu uso, por interesse específico, seja alta, é identificado como

- a) SRI.
- b) FDC.
- c) DSI.
- d) TIC.
- e) SIFT.

**27)** O movimento *Open Access* introduziu no debate sobre direito autoral um elemento de ruptura: as licenças *Open Content*, hoje superadas pelo movimento

- a) *Open Digital Rights Language*.
- b) *Open Archives Initiative*.
- c) *Distribution Content Framework*.
- d) *Creative Commons*.
- e) *World Wide Web Consortium*.

**28)** O primeiro campo de um registro bibliográfico MARC 21 e um de seus componentes principais, que contém, em geral, informações para o processamento do registro, é o

- a) diretório.
- b) líder.
- c) indicador.
- d) campo 0XX.
- e) formato.

**29)** A pesquisa de mercado pode ser considerada um subsistema do sistema de informação de marketing e propicia, além da identificação de usuários e dos produtos/serviços de informação que se pretende oferecer ou que já são oferecidos, informações sobre

- a) sistemas, ferramentas e técnicas como *software* e *hardware* de apoio a ação de *marketing*.
- b) relatórios sobre pedidos, atendimentos, produtos/serviços, preços e controles internos.
- c) procedimentos e fontes utilizados por administradores para obter informações atualizadas sobre os desenvolvimentos ocorridos no ambiente de *marketing*.
- d) planejamento, coleta, análise e apresentação sistemática de dados e descobertas relevantes sobre uma situação específica de *marketing* enfrentada pela organização.
- e) imagens do produto/serviço; percepções e reações dos usuários; determinação de preços de produtos/serviços; consumo e concorrentes.

**30)** Para Nascimento (2000), a avaliação das coleções de periódicos depositadas nas bibliotecas brasileiras supõe a existência de três vertentes. A primeira vertente apóia-se no estudo da coleção de revistas propriamente dita; a segunda assenta-se na análise da organização universitária e de sua comunidade acadêmica e a terceira está diretamente ligada às

- a) políticas de formação, desenvolvimento, gestão e preservação de coleções.
- b) análises de custo-benefício e a inclusão do título em fontes de referências.
- c) parcerias e aos compartilhamentos estabelecidos externamente entre bibliotecas, consubstanciados nos consórcios.
- d) medidas de frequência de citação do título, a partir do Journal of Citation Reports – ISI.
- e) especificidades das diferentes áreas do conhecimento e das formas de produção e acesso à informação.

**31)** Considere as seguintes afirmações sobre os objetivos do Catálogo Coletivo Nacional de publicações seriadas:

- I) padronizar a entrada dos títulos conforme critérios nacionais.
- II) difundir, identificar e localizar publicações seriadas existentes no país.
- III) estabelecer políticas de aquisição de coleções.
- IV) promover o intercâmbio entre bibliotecas, por meio da Rede Bibliodata.

São **CORRETAS** apenas as afirmações

- a) II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) II e III.

**32)** Na catalogação de uma obra publicada sem página de rosto, embora fossem evidentes os demais dados de descrição, faltava um título que identificasse o item. Então, o título foi atribuído mediante transcrição do início do texto da obra, propriamente dito. Neste caso, competirá ao bibliotecário redigir o título

- a) entre colchetes, de modo abreviado, seguido de reticências e indicar em nota que o título é atribuído.
- b) entre colchetes e indicar em nota que o item foi publicado, originalmente, sem página de rosto.
- c) entre colchetes e indicar em nota que o título foi atribuído a partir do texto da introdução.
- d) sem colchetes e indicar em nota que a fonte do título principal é o título de partida.
- e) sem colchetes, seguido da indicação [sic] e indicar em nota que o item é incompleto.



**33)** Quando determinada biblioteca universitária incorpora, em sua base bibliográfica, registros catalográficos recuperados em bases de outras instituições, de modo a obter vantagens como a rapidez na descrição bibliográfica e a redução de custos no processo, diz-se que ocorre, em termos de prática biblioteconômica, a

- catalogação centralizada.
- catalogação cooperativa.
- migração entre sistemas.
- exportação de registros.
- aquisição planejada.

**34)** Na Classificação Decimal de Dewey (CDD), as notas são importantes, pois fornecem informações que não são evidentes, na hierarquia de notações ou no cabeçalho, com respeito à ordem, à estrutura, à subordinação e a outras questões. Observe as notas mencionadas na primeira coluna e associe com as funções apresentadas na segunda.

1ª coluna	2ª coluna
1 Notas de inclusão.	( ) usadas para os sinônimos ou quase sinônimos:
2 Notas de âmbito.	( ) indicam o significado da classe.
3 Notas definitórias.	( ) indicam se o significado de um número é mais estrito ou mais lato.
4 Notas sobre variantes de nomes.	( ) identificam os assuntos em espaço de espera.

A relação **CORRETA** entre as duas colunas é a seguinte:

- 4-3-2-1.
- 3-2-1-4.
- 2-1-4-3.
- 1-4-3-2.
- 1-2-3-4.

**35)** Observe a pesquisa de autoridade de assunto apresentada a seguir.

**Banco de dados distribuído** ➔  
(sub. geogr.)

eng LC Distributed databases -

- ⊗ **UP Base de dados distribuída -**
- ⊗ **UP Distributed data bases -**
- ⊗ **UP Distributed database systems -**
- ⊗ **UP Sistemas de banco de dados distribuído -**
- + **TE Directory services (Tecnologia de rede de computador)** ➔
- **TG Banco de dados** ➔

▼ LC SH

Considere as seguintes afirmações sobre o cabeçalho de assunto BANCO DE DADOS DISTRIBUÍDOS.

- A pesquisa de autoridade foi realizada na *Library of Congress Subject Headings*.
- Banco de dados distribuídos é um cabeçalho que pode ser subdividido geograficamente.
- Banco de dados é um termo mais genérico que banco de dados distribuídos.
- Sistemas de banco de dados distribuídos é um termo mais específico que banco de dados distribuídos.

São **CORRETAS**, apenas, as afirmações

- I, II e III.
- I e II.
- II e III.
- II, III e IV.
- III e IV.

**36)** Um dos produtos da Rede BIBLIODATA é o(a):

- a) Treinamento e Assistência Técnica.
- b) Catálogo Coletivo.
- c) Manual de Automação de Bibliotecas.
- d) Conversão Retrospectiva de Acervos.
- e) Exportação de Dados nos Formatos MARC 21.

**37)** A pesquisa de autoridades resulta na concepção de um catálogo auxiliar no qual são registradas as informações biobibliográficas de pessoas e de entidades coletivas, sejam elas responsáveis pelos itens ou assuntos dos itens, que fazem parte do acervo da biblioteca. Este catálogo é indispensável para a

- a) uniformidade e consistência das entradas.
- b) unicidade e identificação das quotas.
- c) manutenção e atualização do acervo.
- d) clareza e completude das notas bibliográficas.
- e) integridade e precisão dos nomes e datas.

**38)** Ao delinear políticas de formação, desenvolvimento e avaliação de coleções, o bibliotecário de uma biblioteca universitária entendeu a necessidade de focar o conteúdo dos documentos, com ênfase para o critério da imparcialidade, que é difícil de ser definido porque é aquele em que se verifica se

- a) as Informações oferecidas pelo documento merecem crédito e o quanto estão corretas.
- b) as abordagens possíveis de um assunto são apresentadas de maneira justa e equilibrada.
- c) a qualidade da informação é compatível com a reputação e o nível intelectual do autor.
- d) o texto detalha o assunto, de modo exaustivo e suficiente ou se é superficial.
- e) as informações contidas no material são novas e não antigas, sob diferente apresentação.

**39)** Considere as seguintes afirmações sobre a Classificação Decimal de Dewey (CDD):

- I) Classificar uma obra exige a determinação do assunto, do foco disciplinar e, conforme o caso, da abordagem ou forma.
- II) A *hierarquia* expressa-se através da estrutura e da notação.
- III) Um ponto decimal é colocado após cada três algarismos, depois do qual prossegue a divisão por dez até o grau específico de classificação que se fizer necessário.
- IV) Em virtude do princípio da força hierárquica, as notas hierárquicas costumam ser feitas apenas duas vezes, no nível mais geral e no nível mais específico de aplicação.

São **CORRETAS**, apenas, as afirmações:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

**40)** O instrumento que facilita a tomada de decisão no processo de aquisição de material informacional para a biblioteca, no qual são relacionados os itens pretendidos a seus potenciais fornecedores, e cada um destes com os demais, evidenciando, por exemplo, valores e condições de entrega e prazos para pagamento é

- a) o mapa de cotação.
- b) a lista desiderata.
- c) o estudo de sugestões.
- d) a lista de pedidos.
- e) o cadastro de fornecedores.

### Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari\**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

\* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

**41)** O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

**42)** A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

**43)** De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.§)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.§)
- c) “(...) “pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...)” ( 1º.§)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” ( 1º.§)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.§)

**44)** No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

**45)** O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” ( 1º.§)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)”( 2º.§)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” ( 3º.§)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” ( 5º.§)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” ( 2º.§)

**46)** Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.§)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.§)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” ( 1º.§)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...)” (5º.§)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...)” (5º.§)

**47)** A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar/ dignidade

**48)** A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) “(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)” (2º§) – adjunto adnominal
- b) “(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão” – sujeito
- c) “(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem” (3º§) – complemento nominal
- d) “(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)” (4º§) – objeto direto
- e) “ (...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.” (3º§) – objeto indireto

**49)** No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

**50)** O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) “São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)” (4º§).
- b) “Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)” (5º§).
- c) “ A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.” (1º§)
- d) “O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)” (1º§)
- e) “ Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente ( Conanda) (3º§).

**51)** A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

**52)** No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...)” ( 5º§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

**53)** Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

**54)** Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

**55)** A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

**56)** O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

**57)** O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

**58)** Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)”  
( 2º. §)
- b) “ (...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)” ( 3º. §)
- c) “A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)” ( 3º. §)
- d) “ (...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)”  
( 4º. §)
- e) “ Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)” ( 2º. §)

**59)** A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) “Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica” (transitivo indireto).
- b) “A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)” (transitivo direto e indireto).
- c) “A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)” (transitivo direto).
- d) “A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)” (verbo de ligação).
- e) “(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)” (verbo transitivo direto).

**60)** A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

**61)** Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a Lixeira, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.



**62)** Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2\*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2\*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

**63)** Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

**64)** Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou [softwares mal-intencionados](#) (como [worms](#)) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

**65)** Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

**66)** O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**67)** No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

**68)** A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

**69)** Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

**70)** No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.